


# **MALUNGUINHOS\*: TRÁFICO DE AFRICANOS E PECUÁRIA ESCRAVISTA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL (c. 1820-1840)**


**Malunginhos: African Slave Trade and Cattle Ranching in Rio Grande do Sul's Western Frontier (c. 1820-1840)**

**Leandro Goya Fontella<sup>a</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-0276-3613>


E-mail: leandro.goya@iffar.edu.br

**Luís Augusto Farinatti<sup>b</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0003-0853-3752>

E-mail: luis.farinatti@ufsm.br

**Marcelo Santos Matheus<sup>c</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-9313-4678>

E-mail: marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br

<sup>a</sup> Instituto Federal Farroupilha, Área de História, São Borja, RS, Brasil.

<sup>b</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil.

<sup>c</sup> Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Área de História, Canoas, RS, Brasil.

## **DOSSIÊ**

### **A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX EM PERSPECTIVA GLOBAL**

\* Esta expressão faz referência ao clássico texto de Robert Slenes intitulado *Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil*, publicado no volume 12 da Revista USP em 1992.

## RESUMO

As temáticas deste artigo são o alcance do tráfico transatlântico de africanos escravizados em regiões de economia de mercado interno do Brasil, na primeira metade do Oitocentos, e as características da exploração daqueles trabalhadores. Por meio da análise de registros paroquiais de batismos e de inventários *post mortem* de duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1820-1840), investigamos a capacidade de dispersão e de adaptação da escravidão e do tráfico no território brasileiro. Percebemos que a produção pastoril, predominante no espaço estudado, estabeleceu um padrão de utilização de cativos muito jovens, o qual foi condicionado e condicionou a demanda regional de africanos escravizados desde fins do Setecentos. Concluimos que: 1) o tráfico transatlântico desempenhava um papel importante até mesmo em espaços de economia subsidiária no Rio Grande do Sul, que se conectavam ao complexo charqueada-plantations e 2) a idade dos escravos batizados indica que a iniciação deles nas atividades produtivas ocorria numa faixa etária mais próxima dos 10 a 12 anos do que dos 14 a 15, que é considerada por considerável parcela da historiografia como início da idade produtiva dos cativos.

## PALAVRAS-CHAVES

Escravidão. Africanos. Tráfico.

## ABSTRACT

The themes of this article are the scope of the transatlantic traffic of enslaved Africans in regions with an internal market economy in Brazil, in the first half of the 19th century, and the characteristics of the exploitation of those workers. Through the analysis of parochial records of baptisms and *post mortem* inventories from two locations on the western boundary of Rio Grande do Sul (1820-1840), we investigated the capacity for dispersion and adaptation of slavery and trafficking in Brazilian territory. We noticed that cattle ranching production, predominant in the space studied, established a pattern of using very young captives, which was conditioned and conditioned the regional demand for enslaved Africans since the end of the 18th century. We conclude that: 1) the transatlantic trade played an important role even in spaces of subsidiary economy in Rio Grande do Sul, which connected to the charqueada-plantations complex and 2) the age of the baptized slaves indicates that their initiation into productive activities occurred in an age group closer to 10 to 12 years than to 14 to 15, which is considered by a considerable portion of historiography as the beginning of the productive age of captives.

## KEYWORDS

Slavery. Africans. Traffic.

No final do século XVIII o Brasil se tornou o maior receptor de africanos escravizados das Américas, posto que manteve até meados do Oitocentos, quando o comércio de almas foi definitivamente proibido no já independente império. Contudo, muito em função da pressão inglesa sobre Portugal e, depois, sobre o Império do Brasil para a extinção do tráfico, este último sofreu transformações, com o número de crianças vítimas da escravização e venda para as Américas crescendo, principalmente nas décadas de 1820 e 1830 (Florentino; Villa, 2016, 2020, p. 5-6).

O processo foi tão impactante e capilarizado que a exploração da mão de obra africana e de seus descendentes se fez presente nos recantos mais longínquos do Brasil. É sobre isso que tratamos neste artigo. Nele, analisamos a presença de escravos, mais especificamente de africanos, na fronteira oeste da província do Rio Grande do Sul. Para tanto, exploramos principalmente os registros de batismos da Matriz de São Borja e da Capela de Alegrete.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul (c. 1834-1858).



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979. Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/imagens/mapas/cap\\_4/cap\\_4.1/629-373.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/629-373.htm). Acesso em: 4 jan. 2023.

Por muito tempo, vigorou uma imagem de pouca ou nenhuma importância da escravidão nas áreas pastoris sulinas. Essa visão, no entanto, foi modificada por trabalhos que apontaram o papel estrutural da escravidão na economia pecuária formada a partir do avanço luso-brasileiro sobre terras ao sul e oeste de suas possessões coloniais no Rio

Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX (destacam-se Osório, 2007; Farinatti, 2010; Aladrén, 2012; Fontella, 2013; Matheus, 2021). Como veremos, esse crescimento pecuário ocorreu vinculado à expansão agrícola ocorrida em várias regiões do Brasil a partir das últimas décadas do século XVIII (Vargas, 2016).

Neste artigo, analisamos a presença de africanos escravizados na área de grande criação de gado no extremo oeste do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, bem como investigamos alguns traços do tráfico de cativos. Como se verá, era grande a capacidade de difusão da escravidão e do tráfico no território brasileiro, bem como é preciso tomar em conta a possibilidade das características próprias das economias regionais em interferir em aspectos da população africana chegadas àqueles confins.

Até o início século XIX, o vasto território onde foram estabelecidos os municípios de Alegrete e São Borja abrigava os sete povos guaraníco-missionários do lado oriental do rio Uruguai, além de expressiva fatia das estâncias de criação de gado desses e também de outros povos ocidentais. Em tal espaço, desde fins do século XVII, milhares de indígenas viviam e trabalhavam em um regime que mesclava trabalho familiar e comunitário administrado por padres jesuítas – até a expulsão destes da América hispânica em 1767-68, quando a economia dos povos foi assumida por autoridades coloniais laicas – e por agentes da elite indígena - caciques e membros dos Cabildos. Após a incorporação da região às possessões luso-brasileiras na América meridional, iniciada em 1801 e consolidada durante os três primeiros decênios do Oitocentos, ela passou a integrar o Império Ultramarino português, situação que perdurou até 1822, quando o Império do Brasil surge após se emancipar politicamente de Portugal.

Entre 1833 e 1834, a administração provincial do Rio Grande do Sul criou os ditos municípios. Uma parte considerável dos indígenas missionários se evadiu da região e outra se deslocou por esse território ancestral então sob domínio brasileiro e formou parte de uma malha social de peões da pecuária, pequenos produtores agregados às grandes estâncias e soldados para as renitentes guerras do sul (Farinatti, 2014; Farinatti; Ribeiro, 2017; Fontella, 2013, 2020; Ribeiro, 2013; 2022). Ou seja, tratamos de uma região onde, em tese, não havia significativa escassez de mão de obra.

Esse processo de conquista violenta e reorientação produtiva realizada pelos luso-brasileiros sobre grandes áreas de terra a oeste e sul de suas possessões no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XIX, foi, entre outros fatores, estimulado pela ampliação da demanda por sub-produtos pecuários em ativos mercados nacionais e internacionais. A qual, por sua vez, estava conectada ao revigoramento agrícola do colonial tardio e primeira metade do século XIX no Brasil, com a ampliação da produção de açúcar, algodão e, posteriormente, café para o mercado internacional. A exploração anterior de couro e sebo das manadas de bovinos e equinos não domesticados foi dando lugar à criação em estabelecimentos de diferentes envergaduras, com destaque para algumas enormes estâncias pecuárias. Os novilhos bovinos eram vendidos às charqueadas do litoral, especialmente de Pelotas e, daí, a carne seca era revendida para os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, onde era empregada na alimentação dos escravos das *plantations* e da população urbana daquelas cidades portuárias.

Outra face desse processo de expansão agrícola foi a grande ampliação da entrada de africanos escravizados nos portos brasileiros, o que influenciou de duas maneiras a presença desses trabalhadores em Alegrete e São Borja. De um lado, ampliou a demanda por charque e de outro viabilizou a distribuição desses cativos para diversas regiões conectadas àquelas áreas, inclusive para a região estudada aqui. Ao investigar os charqueadores riograndenses, Jonas Vargas (2016) analisou em detalhe essas conexões mercantis que ligavam a produção do Rio Grande do Sul a portos nacionais e apontou a importância que não apenas o Rio de Janeiro, mas especialmente Salvador tiveram nesses

enlaces mercantis. Para além dessas praças, tanto o charque quanto, sobretudo, o couro conectavam a província sulina ao mercado internacional.

Três seções compõem este artigo. Na primeira, apresentamos as principais características demográficas e econômicas da região em análise. Posteriormente, examinamos o alcance do tráfico transatlântico de africanos escravizados a partir dos inventários *post mortem* e dos registros de batismos. Nesse tópico verificamos dados como a proporção de africanos no universo da população cativa, a quantidade de homens e mulheres entre os escravos africanos e analisamos como os batizados estiveram distribuídos pelo recorte temporal proposto. Na última seção, por meio da idade dos africanos batizados, analisamos o perfil etário desse grupo e problematizamos a faixa de idade de iniciação de cativos nas labutas da pecuária no Rio Grande do Sul.

## TRAÇOS DE UMA ECONOMIA ESCRAVISTA

Elaborado em 1858, o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* (doravante, Mapa estatístico de 1858) é o único censo, antes do de 1872, que aponta a população escrava, embora não a discrimine entre africanos e brasileiros, nas localidades do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – População da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1858).

	Livres		Libertos		Escravos		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	
Alegrete	14.558	75%	388	2%	4.398	23%	19.344
São Borja	13.613	85%	127	1%	2.254	14%	16.094
Total	28.171	80%	515	1%	6.652	19%	35.438

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Em geral, 19% da população vivia em cativeiro, enquanto que 80% era livre e apenas 1% era de sujeitos que haviam obtido alforria. Ao comparar as duas localidades, nota-se que a população escrava em Alegrete (23%) era maior do que em São Borja (14%), concentrando 66% (4.398) dos cativos da região. Entre outras coisas, isso se deve ao maior potencial econômico dela em relação a São Borja, bem como a sua maior conexão com as regiões consumidoras de charque e que eram, também, os maiores portos de entrada de africanos escravizados na província. Localizada na região da Campanha, onde se encontravam vastas planícies cobertas com os melhores campos para o pastoreio bovino, Alegrete abrigou uma matriz produtiva pastoril mais robusta e especializada em gado bovino frente a de São Borja. Ali, a criação *vacum* com vistas ao mercado das charqueadas do litoral e para portos nacionais e internacionais em forma de charque, couro e outros subprodutos foi dominante. Em razão disso, um dos traços marcantes do arranjo produtivo foi a considerável presença de criadores de bovinos de grande envergadura. Circunstância que fez com que o espaço abrigasse número maior de escravos, uma vez que eram nas escravarias dos grandes estancieiros onde se concentrava significativa parte dos cativos.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Para um estudo de maior profundidade sobre a economia desta localidade entre 1820-60 ver: Farinatti (2010, p. 100-161).

Já em São Borja, espaço de campos mais pobres para a pecuária bovina extensiva e terrenos mais acidentados em suas porções leste e norte, a diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características. Embora a criação de gado *vacum* tenha sido a principal e mais recorrente atividade, ela conviveu com outros processos produtivos como a criação de mulas, a agricultura de gêneros alimentícios, a produção de erva-mate, couro e outros subprodutos dos bovinos. Tais nichos econômicos contavam com uma miríade de produtores que animavam a estrutura produtiva, sendo que a grande maioria deles procurava desenvolver mais de um tipo de produção. Vale ressaltar que os diferentes processos produtivos se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste do Rio Grande do Sul e daí para os portos abastecedores das regiões de *plantation*; a pecuária muar se direcionava para a Feira de Sorocaba; as produções de gêneros agrícolas e de farinhas se voltavam principalmente à região da Campanha, e a erva-mate e couros se destinavam à região platina. Esse cenário se torna ainda mais complexo quando lembramos que muitos dos produtores se articulavam a todos esses circuitos ou, ao menos, a alguns deles.

No que tange aos cativos em São Borja, a menor quantidade absoluta e percentual em relação à Alegrete não significa que o sistema escravista não foi importante na região. Mesmo em um espaço em que a economia agrária foi razoavelmente mais modesta, a força de trabalho escrava se fez consideravelmente presente e integrou um arranjo laboral que conjugava trabalhadores estáveis (escravos e/ou livres assalariados) e eventuais (escravos alugados e/ou livres contratados por jornadas). De fato, a necessidade de se dispor de mão de obra estável para o trabalho em distintos processos produtivos fez com que ali se formasse um contingente populacional escravo desde o início do povoamento luso-brasileiro nas primeiras décadas do Oitocentos.<sup>2</sup>

Como veremos, os africanos não tiveram um peso demográfico tão expressivo no conjunto populacional cativo, porém não foram numericamente desprezíveis. Nesse contexto, por um lado, iremos analisar a presença de africanos escravizados nesta zona e, por outro, abordar o que as idades dos africanos, informadas nos registros de batismos, têm a nos dizer sobre o escravismo praticado ao sul do Brasil, refletindo sobre como se processava a exploração da mão de obra escrava na pecuária.

## BATISMOS DE ESCRAVOS AFRICANOS E TRÁFICO TRANSATLÂNTICO

Antes da análise sobre a presença de cativos africanos por meio dos assentos batismais, examinaremos os dados sobre a proporção dos escravos africanos no universo de cativos nos inventários. Em São Borja, a partir de uma amostra de 110 inventários, em que 99 (90%) possuíam cativos, identificamos uma razoável presença de escravos africanos.<sup>3</sup> Na década de 1830, os africanos representaram 37% dos escravos inventariados, 21% nos anos 1840 e 26% nos 1850.<sup>4</sup> Em Alegrete, a proporção foi de 38% de africanos entre os cativos com referência de origem, arrolados nos inventários no período de 1829 a 1849 (Matheus, 2012, p. 321). O índice mais alto verificado em Alegrete se deve à zona ser mais pujante economicamente e mais conectada aos portos de entrada de cativos no Rio Grande do Sul (Rio Grande e Porto Alegre). Como já destacaram trabalhos anteriores, mesmo nessa produção voltada para o mercado interno, a

<sup>2</sup> Para um exame mais detalhado sobre a economia desta localidade de 1830-60 ver: Fontella (2013, p. 26-106).

<sup>3</sup> Utilizamos todos os inventários dos anos pares de 1828 a 1858. Dos 129 processos, 19 foram excluídos, restando 110.

<sup>4</sup> Fonte: Inventários *post mortem* de São Borja (1828-58) e de Itaqui (1830-58), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS).

incorporação contínua de trabalhadores escravizados era um traço estrutural (Farinatti, 2010, p. 351).

Em outras áreas do Rio Grande do Sul como, por exemplo, Cruz Alta, no norte, um terço dos escravos inventariados entre 1834 e 1849 era de africanos (Araújo, 2008, p. 71).<sup>5</sup> Em Bagé, outro importante espaço da Campanha sul rio-grandense (no sul), 33,5% dos escravos inventariados eram africanos entre 1820 e 1835, percentual que cai para 26,5% e 19% nas décadas de 1840 e 1850, respectivamente. No geral, enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento, os africanos representaram 28,5% dos inventariados (Matheus, 2021, p. 202-203).<sup>6</sup> Já para o primeiro quartel do século XIX, Helen Osório (2005) constatou que 48% dos escravos da província eram africanos. Essa significativa proporção de escravos africanos no Rio Grande do Sul no início do século parece retratar uma conjuntura de considerável ligação dos escravistas sul rio-grandenses com o comércio negreiro no momento em que se procedia a expansão das fronteiras agrárias sobre as terras dos guarani-missionários na fronteira oeste.

Esses índices de africanidade da população escravizada em Alegrete e São Borja estão bem aquém daquele presente em uma área central na economia de exportação de café, como o Vale do Paraíba Fluminense, onde João Fragoso encontrou o índice de 79% na década de 1850 (Fragoso, 1982). Porém, não estão tão distantes daqueles encontrados em três freguesias do Recôncavo Baiano entre 1790 e 1860, onde se aferiu entre 45% e 51% de africanidade na população escravizada relacionada nos inventários de fazendas de cana sem engenhos (Barickman, 2003, p. 287).<sup>7</sup> Veja-se que se trata de uma área de produção para exportação e imediata a um importante porto receptor de cativos via tráfico atlântico, condições totalmente diferentes daquelas vivenciadas na região que estudamos aqui. Como seriam, então, os índices de outras regiões pecuárias do Brasil?

Flávio Versiani e José Vergolino (2003) apontaram que nas regiões do Agreste e do Sertão de Pernambuco de 1770 a 1849, onde a principal atividade produtiva também era a pecuária, a proporção de africanos no conjunto de escravos inventariados foi de 39% para a primeira e de 21% para a segunda. Percebe-se que o percentual de escravos africanos inventariados das regiões de pastoreio do Rio Grande do Sul se assemelhava às regiões do Agreste e Sertão pernambucanos. A proporção de 21% de africanos no Sertão coincide com os 21% vistos em São Borja na década de 1840, enquanto que os 39% constatados para o Agreste fica próximo dos 38% averiguados para Alegrete. Em Castro e Antonina, na região pecuária do Paraná, Darío Gutiérrez (1988) encontrou menos de 15% de africanos entre os escravos relacionados nas listas nominativas.

Passamos, agora, à análise da presença dos escravos nos registros de batismos. Nos livros de batismos de São Borja que compreendem os períodos de 1816 a 1822 e de 1829 a 1837, do total de 2.011 assentos, 155 (8%) deles são de cativos. Destes 155 registros, 45 (29%) são de africanos. Em Alegrete, de 1820 a 1840, ocorreram 3.594 batizados, 678 (19%) deles foram de escravos, dos quais 180 (27%) de africanos. Considerando toda a fronteira oeste, dos 5.605 assentos de batismos, 833 (15%) são de escravos, e deste conjunto, 225 são de africanos (27%). Como em outras regiões tocadas pelo tráfico transatlântico de escravos, expressiva parte dos africanos batizados nestas localidades era de homens. Em São Borja, dos 45 batizando africanos, 35 (78%) eram do

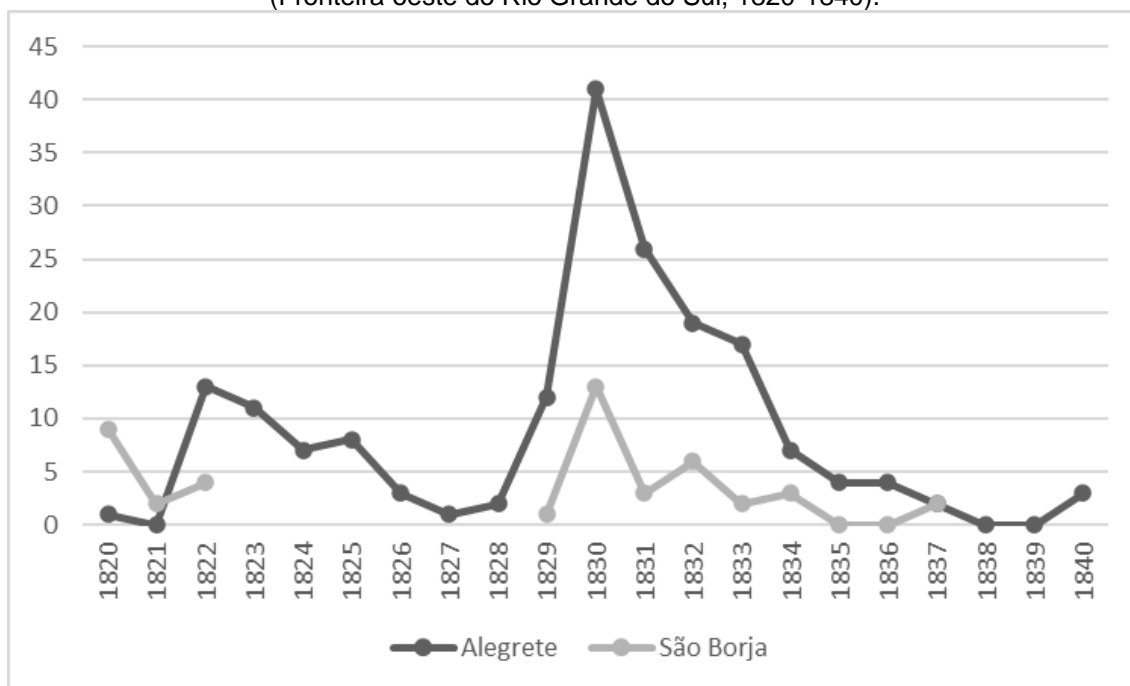
<sup>5</sup> Para um estudo minucioso sobre a estrutura escravista desta região de 1834-84 ver: Araújo (2008, p. 24-115).

<sup>6</sup> Para uma análise refinada sobre a estrutura escravista desta localidade de 1820-70 ver: Matheus (2021, p. 199-240).

<sup>7</sup> A média dos inventários com engenhos de açúcar sobe um pouco, oscilando entre 50% e 58% (Barickman, 2003, p. 257).

sexo masculino, enquanto que em Alegrete, dos 180, 122 (68%) eram homens. Em geral, dos 225 escravos africanos batizados, 157 (70%) eram homens.<sup>8</sup>

Gráfico 1: Frequência de batismos de escravos africanos (Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, 1820-1840).



\* Para São Borja não possuímos os registros de batismos dos livros de 1823-28 e de 1838-44. Fontes: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (doravante, ADU) livros de batismos de 1816-22 e de 1829-37 da Matriz de São Borja; ADU, livro de batismos de 1816-26 e de 1826-40 da Capela de Alegrete.

É importante ponderar que, provavelmente, a Guerra de Independência do Uruguai (1825-1828) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845) contribuíram para a queda de batizados em anos compreendidos por estes intervalos. O que chama atenção também nos batismos de africanos nestas duas localidades é a forma com que eles se distribuíram no tempo. A média anual de batizados de africanos é de cerca de 4 para São Borja e de 9 para Alegrete. Contudo, ocorreu uma concentração de batizados no ano de 1830 (13 em São Borja e 41 em Alegrete).

É provável que essa situação tenha ocorrido como um reflexo da possibilidade iminente de proibição do comércio transatlântico de escravos, o que acabou acontecendo com a lei de 7 de novembro de 1831. Desde a primeira década do século XIX, a Inglaterra, então maior potência marítima e industrial, pressionava Portugal (até 1822) e o Império brasileiro (a partir de 1822) para que interrompesse o comércio negreiro. No decorrer da década de 1820, a pressão inglesa aumentou cada vez mais, levando o Império a se comprometer em proibir e coibir o tráfico de almas africanas.

Mesmo com a lei de 1831, no entanto, o tráfico negreiro não foi coibido e continuou, especialmente a partir de 1834, sendo praticado em larga escala por todo o Império, muito

<sup>8</sup> Na Capela de Santa Maria da Boca do Monte, região central do Rio Grande do Sul, de 1814 a 1822, dos 1.234 registros de batismos, 278 (23%) eram de cativos, destes 131 (47%) eram de africanos (Fontella; Matheus, 2022, p. 45). Dos 131 africanos, 100 (76%) eram homens (Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria (doravante, ACDSM), Livro 01, 1814-22).



em virtude da expressiva expansão das *plantations* de café no Vale do Paraíba. Assim, provavelmente, a concentração de batismos de africanos em 1830 tenha tido relação direta com a possibilidade cada vez maior e mais próxima do fim da entrada de escravos africanos no Brasil, o que também fez com que a oferta crescesse antes da proibição, fato que se repetiu em outras paragens do Brasil (Bacellar, 2019). Em outras palavras, é bem possível que a simples expectativa da iminência da interrupção dos desembarques de escravos africanos nos portos brasileiros – o que, por consequência, acarretaria na drástica diminuição da oferta de cativos e no aumento significativo dos preços dos escravos – tenha orientado o comportamento de alguns senhores da fronteira oeste do Rio Grande do Sul a se apressar em adquirir cativos africanos antes da escassez da oferta e da elevação dos preços. Segundo Manolo Florentino e José Góes (1997, p. 48), entre 1826 e 1830:

o volume do tráfico passou a ser determinado sobretudo – mas não exclusivamente – pelo tortuoso processo de reconhecimento da Independência brasileira sob a égide da Grã-Bretanha. Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13.3.1827), que estipulava o referido fim para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,5% entre 1826 e 1830 (37.200 africanos/ano). Após este último ano, as entradas de negros foram quase que insignificantes, se comparadas aos períodos anteriores, e somente voltaram a subir na segunda metade do decênio de 1830.

Como mostra a frequência dos batismos de escravos africanos em Alegrete e São Borja, podemos considerar que os senhores de escravos sul rio-grandenses também investiram em cativos africanos nesse período (1826-1830), na tentativa de diminuir seus riscos frente às incertezas do futuro do tráfico. Gabriel Berute (2009; 2011; 2012), analisando os envios (do porto do Rio de Janeiro) e desembarques de escravos africanos (no porto de Rio Grande) em distintas conjunturas do tráfico atlântico,<sup>9</sup> constatou que, do total de escravos africanos desembarcados no Rio Grande do Sul de 1796 a 1831, 35% aconteceram de 1826 a 1831. Segundo os estudos de Berute, dentro deste período, foi em 1830 que ocorreu o maior número de desembarques. Este dado está em consonância com o que apresentamos no gráfico 1, mostrando que na fronteira oeste da província foi naquele ano que se sucedeu grande parte dos batizados dos cativos africanos. Além disso, em uma comparação entre o tráfico interno e a rota interna do tráfico transatlântico,<sup>10</sup> o autor mostra

<sup>9</sup> Gabriel Berute segue as distintas conjunturas estabelecidas por Florentino (2010) e Florentino e Góes (1997): 1796 a 1808, fase de estabilidade, depois, 1809 a 1825, fase de aceleração, e, por fim, aquela que mais nos interessa, 1826 a 1830, fase de crise de oferta africana, “quando a expectativa pelo fim do tráfico – em decorrência da pressão inglesa e dos diversos acordos e tratados assinados entre Portugal (posteriormente o Império do Brasil) e a Inglaterra –, e o aumento da demanda por cativos no sudeste brasileiro contribuíram para um substancial crescimento no volume de importação de africanos” (Berute, 2012, p. 207-208).

<sup>10</sup> *Grosso modo*, “o Rio Grande de São Pedro participava indiretamente do tráfico atlântico. De acordo com Mariza Soares [(2000)], deve-se considerar como ‘tráfico interno’ a comercialização de africanos que já viviam no Brasil (ladinos) e dos escravos nascidos aqui (crioulos). As praças que recebiam escravos africanos recém desembarcados (africanos novos ou boçais) a partir dos principais portos receptores de africanos escravizados (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) faziam parte da etapa interna do tráfico atlântico, ou a ‘terceira perna do tráfico’ (redistribuição), conforme caracterização de Roberto Martins [(2003)]” (Berute, 2012, p. 212) [*grifos nossos*].

ainda que esta última foi responsável por cerca de 70% dos escravos que ingressaram no Rio Grande do Sul de 1826 a 1831, ou seja, 7 em cada 10 cativos introduzidos na província eram africanos recentemente desembarcados no Brasil.

A absorção de africanos pela fronteira oeste do Rio Grande do Sul parece ter se estendido enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento e, inclusive, além dele. Na capela de Uruguaiana (desmembrada de Alegrete em 1846), de 1846 a 1850, dos 102 escravos batizados, 19 (20%) foram de africanos.<sup>11</sup> Na capela de Lavras do Sul, desmembrada de Bagé em 1849, 19 africanos foram batizados, 7 deles de 1850 a 1853 (4 deles após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós).<sup>12</sup> Em Santa Maria, de 1844 a 1849, de 233 escravos, 30 (13%) eram africanos (Guterres, 2013, p. 72).

## MALUNGUINHOS: BATISMOS DE CRIANÇAS E TRABALHO PASTORIL

Gabriel Berute (2006) constatou que entre 1792 e 1822, 75% dos escravos remetidos para o Rio Grande do Sul foram embarcados no Rio de Janeiro, com os demais tendo origem principalmente de Recife e Salvador (Berute, 2006, p. 67). Dos cativos remetidos, 67% eram homens, percentual que permanece quase o mesmo quando tratamos apenas dos africanos. No geral, esses últimos perfizeram 93% dos traficados para o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, entre os mais de nove mil africanos em que foi indicado se eram oriundos diretamente do tráfico transatlântico ou se já estavam há algum tempo no Brasil, 80% eram “africanos novos” ou “por batizar” e 20% eram “ladinos” (Berute, 2006, p. 161-162). Por fim, conforme os grupos de procedência e principais *nações*, cerca de 88% dos africanos eram da África Central (principalmente *Angolas, Congos, Cabindas, Rebolos e Benguelas*), quase 7% da África Ocidental (principalmente *Minas*) e 5% da África Oriental (especialmente *Moçambiques*) (Berute, 2006, p. 170-172; 176). Berute (2006) verificou que no mesmo período mencionado, o desembarque de escravos do Rio Grande do Sul teve um perfil etário bem distinto do averiguado em outras capitanias da América portuguesa abastecidas diretamente pelo comércio atlântico de escravos, qual seja, a elevada participação de infantes ou crianças. Os dados levantados pelo autor apontam que “quanto ao Rio Grande [do Sul], as guias de transporte indicam que aproximadamente 32% dos escravos importados, entre 1788 e 1802, tinham de 10 a 14 anos” (Berute, 2006, p. 61).

A elevada quantidade de escravos sem a idade informada entre 1809 e 1830, todavia, impediu que Berute examinasse as faixas etárias dos escravos desembarcados pela rota interna do tráfico atlântico no Rio Grande do Sul. Conforme a bibliografia, é nesse momento que cresce substancialmente o número de crianças traficadas para os portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Florentino; Villa, 2016). Nesse contexto, o que os registros de batismos de Alegrete e de São Borja têm a nos informar sobre tal questão?

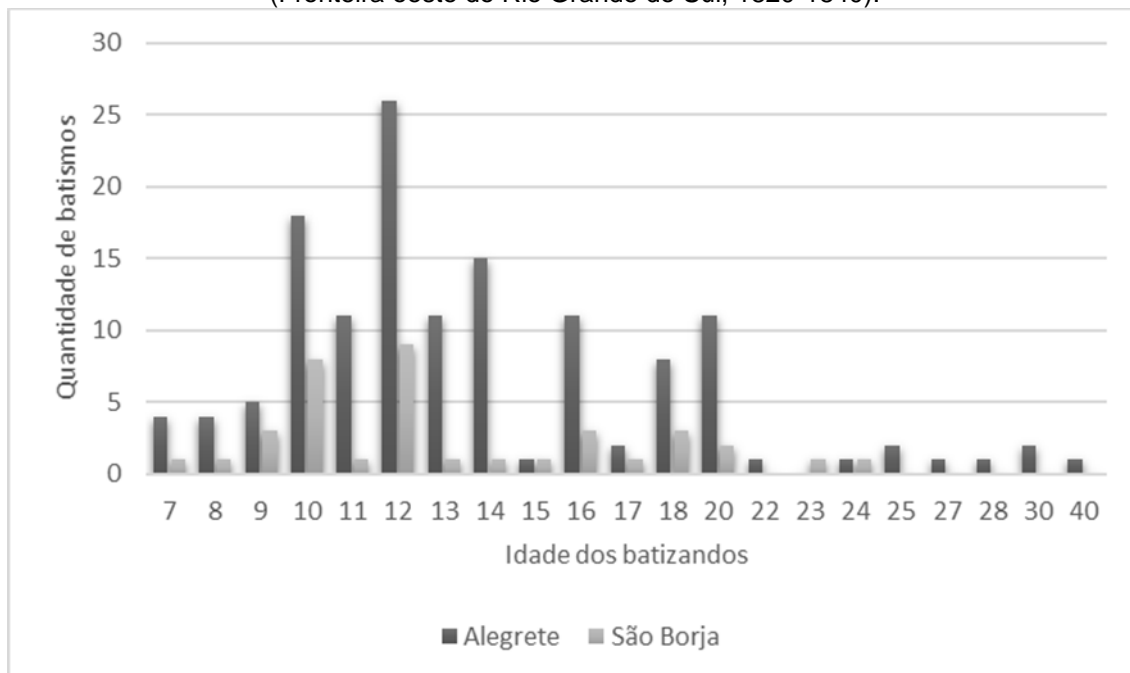
Na maioria dos registros de cativos africanos consta a idade aproximada do batizando quando recebia os santos óleos. Dos 45 africanos batizados em São Borja, 37 (82%) tiveram-na declarada.<sup>13</sup> Já em Alegrete, 136 (76%) entre 180 cativos africanos tiveram suas idades registradas.

<sup>11</sup> ADU, livros de batismos de Uruguaiana, livro 1.

<sup>12</sup> Arquivo da Diocese de Bagé, livros de batismos de Lavras do Sul, livro 1. A lei Eusébio de Queirós (nº. 581, de 4 de setembro de 1850) dispôs a respeito da repressão ao tráfico de escravos africanos para o Império do Brasil. Sobre a lei Eusébio de Queirós, ver: Mamigonian (2017, especialmente capítulo 7).

<sup>13</sup> Muitas vezes, a idade dos africanos era expressa em meses, não sendo exatas, e tratando-se de estimativas feitas a partir da fisionomia dos escravos ou, ainda, da reprodução de informações passadas aos párocos pelos senhores. No entanto, o fato de que 82% dos escravos africanos batizados em São Borja e 76% em Alegrete terem tido suas idades declaradas demonstra que conhecer a idade dos cativos era algo importante. Sendo assim, as estimativas feitas por párocos e/ou senhores deveriam ser as mais fidedignas possíveis. Segundo Stuart Schwartz (2011, p. 288), “é difícil obterem-se informações sobre a idade dos

Gráfico 2: Distribuição dos batizados de escravos africanos de acordo a idade dos batizados (Fronteira oeste do Rio Grande do Sul, 1820-1840).



Fontes: ADU, livros de batismos de 1816-22 e de 1829-37 da Matriz de São Borja; ADU, livro de batismos de 1816-26 e de 1826-40 da Capela de Alegrete.

Os números do gráfico 2 permitem perceber quais foram as faixas etárias mais recorrentes nos batizados de cativos africanos. A partir delas, podemos refletir, ao menos, sobre dois pontos que parecem estar intimamente relacionados: o primeiro trata de qual era a faixa etária preferida pelos produtores no momento em que buscavam escravos africanos no mercado; com base nisso, podemos versar sobre em que faixa etária estaria se dando, de forma mais frequente, a iniciação dos cativos nas atividades produtivas.

Em São Borja, dos 37 africanos com idades declaradas, 21 (57%) deles tinham de 9 a 12 anos, sendo que a idade mais recorrente (idade modal) foi de 12 anos (com 9 batizados), e a idade média foi de 13 anos. Por seu turno, em Alegrete, 81 (60%) dos 136 africanos com idades anotadas estavam na faixa dos 10 a 14 anos. Nessa localidade, a idade modal foi de 12 (com 26 batizados) anos e a média de 14. Averiguamos, portanto, que a idade modal e média dos africanos batizados na fronteira oeste do Rio Grande do Sul foram de 12 (com 35 registros) e de 14 anos, respectivamente.

Em outras localidades do Rio Grande do Sul, como em Santa Maria, no primeiro quartel do século XIX, de 79 africanos que tiveram suas idades registradas, 41 (52%) tinham de 10 a 13 anos, sendo que a idade modal foi de 12 anos e a média de 15.<sup>14</sup> Para outras áreas como Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada, entre 1755 e 1835, Silmei Petiz (2009) averiguou que, de um total de 832 africanos batizados, 253 (30%) estavam na faixa etária de 10 a 14 anos. Em Uruguaiana, dos 19 africanos batizados até 1850, 18 tiveram a idade aproximada informada. Todos tinham entre 10 e 20 anos, sendo que 12 (65%) deles tinham de 10 a 14 anos.<sup>15</sup> Fica claro que a faixa etária mais recorrente entre os africanos batizados por diversas localidades sul rio-grandenses cuja economia era

cativos. [...], as idades mencionadas para os escravos, especialmente os africanos, eram, na melhor das hipóteses, simplesmente uma suposição ou estimativa do senhor de engenho, com base na aparência.”

<sup>14</sup> ACDSM, Livro 1 (1814-22).

<sup>15</sup> ADU, livros de batismos de Uruguaiana, livro 1.

rural e de base pecuária foi aquela de 10 a 14 anos, o que nos obriga a refletir sobre a configuração do escravismo praticado no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que estudiosos como Manolo Florentino e Carlos Villa têm chamado atenção para a maior presença de crianças na travessia transatlântica, principalmente em navios vindos da África Centro-Occidental, de onde veio a maioria dos cativos que desembarcaram no Rio de Janeiro. Avaliando o tráfico de escravos no século XIX, Paul E. Lovejoy afirma que a “[...] África Centro-Occidental [...] exportava mais e mais crianças, e em Moçambique, [...] o tráfico era quase que totalmente de meninos e jovens do sexo masculino” (2002, p. 218). De acordo com os dados apresentados por Lovejoy, entre 1810 e 1867, a África Centro-Occidental foi a área do continente que proporcionalmente mais exportou crianças, chegando à proporção de 0,530 (Eltis; Engerman *apud* Lovejoy, 2002, p. 219). Conforme esses autores, devido à pressão britânica pelo encerramento do tráfico, os negociantes passaram a incorporar mais crianças no comércio de almas. Os dados apresentados por Florentino e Villa mostram que de 1791 a 1810 a participação de jovens de ambos os sexos entre os africanos desembarcados nos principais portos brasileiros ficou entre 0.2% a 4.5%, aumentando para cerca de 27% entre 1811 e 1815, chegando a quase 37% entre 1816 e 1825, e atingindo a impressionantes 48% e 59% em 1826 e 1835 e 1836 e 1845, respectivamente, caindo para 35% entre 1846 e 1850 (2016, p. 5).

Assim, a partir da década de 1810, por um lado, a incorporação de crianças escravas por produtores da fronteira oeste e de outras paragens sul-rio-grandenses, quando buscavam africanos no mercado de escravos, estava em acordo com as tendências do tráfico atlântico de africanos escravizados. Todavia, por outro lado, vimos, a partir dos dados de Berute (2006), que esse foi um dado estrutural da economia sul-rio-grandense desde a virada do século XVIII para o século XIX, ou seja, desde a invasão das terras dos guaranis e da montagem do sistema pecuária-charqueada. Não à toa, segundo um memorialista do início do século XIX, “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros; estes colonos vão e compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo.”<sup>16</sup>

Portanto, parece-nos que o perfil etário dos africanos desembarcados nos portos do sul do Brasil em fins do século XVIII, verificado por Berute (2006), vigorou até meados do século XIX. Isto pode indicar que o desembarque de africanos muito jovens não ocorreu apenas devido a determinadas contingências de um momento específico do comércio atlântico de cativos, ou graças à debilidade econômica dos produtores da região; mas que, a vinda destes escravos para o Brasil meridional também se devia a uma preferência dos proprietários destes confins sulinos, que, após 1810 se somou a uma característica do tráfico atlântico de cativos africanos para o Brasil. Entre diversos fatores que podem explicar essa preferência por escravos entre 10 e 14 anos, consideramos um deles como estando dentre os principais: a maior facilidade de instruir essas crianças nas lidas campeiras, haja vista que uma criança criada junto às atividades de montaria desde seus 10 anos, por exemplo, teria maiores possibilidade de se tornar um hábil peão do que alguém que fosse instruído só a partir da idade adulta.

Um reforço dessa ideia aparece quando contrastamos os dados das localidades rurais e de base pecuária que estamos estudando com a capital da província. Em Porto Alegre, zona portuária e agrícola, e muito menos pecuária que São Borja e Alegrete, o percentual de menores de 14 anos entre os africanos batizados era inferior. Na década de 1820 ele chegou a 26% e o percentual de crianças de 9 a 12 anos foi de 16%. Na década

<sup>16</sup> Luís Beltrão de G. de Almeida, citado em Berute (2006, p. 64).

de 1830, os menores de 14 anos eram 13% dos africanos batizados, enquanto os que estavam entre 9 e 12 anos chegavam apenas a 9%.<sup>17</sup>

Para desenvolvermos nosso argumento, adotamos a seguinte classificação etária para os cativos: de 0 a 14 anos, escravos crianças, de 15 a 45 anos, adultos ou idade produtiva, e acima de 45 anos, escravos idosos. Para os dados verificados em São Borja, percebemos que apenas 12 (32%) dos 37 africanos batizados que tiveram a idade revelada estariam em idade adulta ou produtiva. Em Alegrete seria 42 (30%) de 142. Portanto, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, somente 54 (30%) de 179 africanos estavam em idade produtiva no momento em que receberam os santos óleos. No povoado de Santa Maria (1814-1822), eles eram 32 (40%) de 79.<sup>18</sup>

Dessa forma, entendemos que os dados expostos são consideráveis indícios que a iniciação nas lidas produtivas se dava entre os 10 e 15 anos, sendo que estaria mais próximo dos 10 do que dos 15 anos. Afinal, seria pouco provável que os senhores investissem na aquisição de escravos de 10 a 12 anos para os deixarem ociosos até aproximadamente os 15 anos. Além disso, em dois batismos de africanos de 10 anos e em um de uma africana de 12 anos, o pároco qualificou-os de adultos<sup>19</sup>. Estes assentos trazem mais indícios de que para aquela sociedade não era completamente estranha a ideia de que escravos de idade em torno dos 10 a 12 anos já podiam ser considerados adultos e plenamente produtivos.

Em apoio à ideia de que os trabalhadores nas lides da pecuária, principal atividade econômica da região, começavam a atuar desde muito jovens, temos as médias de idade dos escravos listados nos inventários em Alegrete, nas décadas de 1830 e 1840, cujos ofícios foram declarados. Entre os campeiros, a média de idade foi de 25 anos, a dos artesãos<sup>20</sup> 35 anos, roceiros 41 anos e falquejadores, 32 anos.<sup>21</sup>

Informações coletadas novamente nos inventários de São Borja nos ajudam a reforçar nossa argumentação. Em 1836, foi descrito e avaliado o escravo crioulo campeiro Bernardo que tinha apenas 12 anos de idade.<sup>22</sup> Em outro, de 1846, 5 crianças crioulas campeiras foram arroladas: Amaro de 12 anos, João de 11 anos, Raimundo, Germano e Boaventura de 9 anos.<sup>23</sup> Nenhum deles era africano, no entanto, esta circunstância não nega que haviam escravos que desde muito cedo eram vistos como produtivos e, sem dúvida, eram instruídos para desempenhar as atividades das lidas pastoris ainda muito jovens. O que torna estes dados bastante representativos é que estas 6 crianças representam 19% do conjunto de 32 escravos identificados como campeiros ou domadores em todos os inventários da amostragem de São Borja. Por outro lado, um estudo a partir de fragmentos contábeis de uma estância localizada em Alegrete, onde aparecem nomes de peões livres empregados na pecuária durante os anos de 1852 e 1853, indica que ali trabalhou o “piá Antônio”, recebendo salário um pouco menor do que os outros trabalhadores.<sup>24</sup>

Como temos argumentado, a presença de crianças escravas na faina pastoril foi uma condição que influenciou para que os produtores que recorriam à rota interna do tráfico

<sup>17</sup> Arquidiocese de Porto Alegre. registros de batismo de Porto Alegre, 1820-1840.

<sup>18</sup> ACDSM, Livro 1 (1814-22).

<sup>19</sup> Joaquina: ADU, livro de batismos de 1816-22 da Matriz de São Borja, f. 40v. Antônio e Victorino: ADU, livro de batismos de 1829 a 1837 da Matriz de São Borja, f. 48v e 57v.

<sup>20</sup> Na categoria artesãos incluímos: carpinteiro, pedreiro, sapateiro, alfaiate, telheiro e ferreiro.

<sup>21</sup> Inventários *post mortem* Alegrete, cartórios Cível, Órfãos e Ausentes, Provedoria, 1831-50. APERS.

<sup>22</sup> Inventário de José Antônio de Castilho. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo: nº 9, APERS.

<sup>23</sup> Inventário de Antônio Jacinto Pereira e sua mulher Laura Pereira Pavão. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo: nº 20, APERS.

<sup>24</sup> “Piá” era o modo como se referia, no Rio Grande do Sul, menino descendente de indígenas, no século XIX.

transatlântico adquirissem cativos bastante jovens. Cremos que estes exemplos são indícios de uma percepção social bastante ampla existente no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XIX, qual seja, de que o ingresso dos cativos (e, ao que parece, dos sujeitos livres) nas atividades produtivas ligadas à pecuária se dava por volta dos 10 a 12 anos de idade, significativamente antes dos 14 ou 15 anos, balizas de idade produtiva dos cativos que a historiografia se acostumou a adotar.<sup>25</sup>

E tal comportamento dos senhores sul-rio-grandenses parece ter perdurado enquanto o escravismo vigorou no Brasil. Em meados dos anos 1870, na lista de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação de Alegrete dos 2.620 cativos classificados, 682 foram designados como “campeiros”. Desses últimos, 67 (10%) tinham de 12 a 14 anos. Já na lista de Dom Pedrito, dos 1.414 escravos classificados, 412 foram descritos como “campeiros”, sendo que destes nada menos que 125 (30,5%) tinham de 6 a 14 anos. Ou seja, aquele comportamento senhorial do início do século parece ter sido introjetado em um *ethos* escravista, em que parte dos escravos do sexo masculino já era desde cedo direcionada para o trabalho da pecuária (Matheus, 2012, p. 107; 2021, p. 227). Com efeito, na década de 1870, os escravos jovens que recebiam os ensinamentos sobre a lida com o gado eram os crioulos.<sup>26</sup>

Por outro lado, no entanto, não se pode descartar o fato de que a aquisição de crianças africanas possa ter sido condicionada pela oferta que chegava ao porto do Rio Grande. É preciso ter em conta que o principal porto de desembarque de escravos africanos no Brasil era o Rio de Janeiro. Dali expressiva parte dos cativos, e provavelmente aqueles que eram os mais procurados, eram destinados às regiões de grandes lavouras monocultoras do Sudeste e do Nordeste. Sem dúvida, a oferta de escravos nas regiões meridionais do Império era composta pelos cativos que não haviam rumado para as áreas de economia mais robustas. Isso pode ter influenciado na vinda para o Rio Grande do Sul de africanos bastante jovens, os quais seriam vendidos por preços mais acessíveis em um mercado consumidor mais modesto. Todavia, cremos que os dados sobre o desembarque e batizados de crianças africanas nas paragens sul rio-grandenses são bastante significativos, e que as limitações da oferta a um mercado mais acanhado não negam que os produtores possam ter se adaptado as elas, adequando-as, talvez, a determinadas exigências do processo produtivo pastoril.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em escala global, a pecuária escravista que se desenvolveu na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na primeira metade do Oitocentos ocupava uma posição periférica numa vasta cadeia econômica que, de modo geral, interligava-se ao complexo charqueador sul

<sup>25</sup> Não há um consenso na historiografia sobre o Brasil colonial e monárquico a respeito das faixas etárias que definiriam crianças, adultos (ou idade produtiva) e idosos. Além disso, elas podem variar de acordo com os distintos grupos sociais (livres, indígenas, escravos, etc.). Acerca das faixas etárias estabelecidas para a população escrava, Stuart Schwartz definiu crianças até 8 ou 13 anos, adultos de 14 a 50 e idosos com mais de 50 (2011, p. 288). Manolo Florentino (2010, p. 221 [apêndice 6]) considera infantes os escravos de 0 a 14 anos, adultos de 15 a 49 e idosos com mais de 49 anos. José Flávio Motta (1999; 2010), utiliza as seguintes faixas etárias: até 14 anos, crianças, de 15 a 50, adultos, e mais de 50 anos, idosos. Robert W. Slenes estabeleceu como adultos os escravos acima de 15 anos (2011, p. 80).

<sup>26</sup> Depois da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, todos os senhores de escravos do império foram obrigados a matricular seus escravos entre 1872 e 1873. Aqueles que não o fizessem podiam perder suas posses, o que de fato acontecia (SLENES, 1983). Além de matricular, um dispositivo da lei, regulamentado por forma de decreto, também os obrigava a classificar seus cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (MOREIRA, 2003, p. 142). Esta classificação aconteceu, na maior parte, entre os anos de 1873 e 1875, embora continuasse ao longo das décadas de 1870 e 1880.

rio-grandense, às *plantations* de açúcar e café do nordeste e sudeste do Brasil e chegava até a produção industrial britânica. Considerando isto, o que apontamos neste artigo é que no Império brasileiro, onde a escravidão de africanos e seus descendentes estava presente em expressiva parte dos arranjos produtivos e, também, disseminada pelo tecido social, o tráfico transatlântico atingia até mesmo nichos produtivos marginais direcionados a subsidiar as áreas de economia mais robusta. Por outro lado, esta circunstância mostra também que a pecuária praticada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul gerava excedentes o suficiente para que uma elite de criadores conseguisse adquirir cativos africanos, conectando-se ao circuito do tráfico transatlântico. Ao que tudo indica, este vínculo perdurou até enquanto o tráfico atlântico esteve em funcionamento (1850).

No que diz respeito às características destes agentes sociais, verificamos que em sua maioria eram homens (70%) e que tinham de 10 a 12 anos (42%). A interlocução com os estudos Berute (2006, 2009, 2010, 2012) nos permitiu perceber que a incorporação de africanos muito jovens na fronteira oeste, e também em outras paragens, foi um traço estrutural da economia sul rio-grandense, uma vez que o desembarque de significativa quantidade de crianças africanas no Brasil meridional processava-se desde a última década do Setecentos. Por seu turno, apoiados em informações levantadas por Florentino e Villa (2016), identificamos que este comportamento difere do que ocorreu em boa parte do Brasil, onde o ingresso de cativos infantes aumentou (atingindo níveis equivalentes aos do Rio Grande do Sul) apenas após 1816.

Sem negar as contingências e limitações das dinâmicas de oferta e demanda do tráfico, entendemos que um dos fatores mais plausíveis que explicam a introdução de escravos africanos crianças foi a maior facilidade (comparado aos africanos adultos) de ensiná-los a trabalhar nas atividades pastoris como, por exemplo, cavalgar, laçar e domar. A idade em que esses sujeitos históricos compareciam à pia batismal nos sugere ainda que o início da idade produtiva da força de trabalho escrava (e, por que não dizer, da mão de obra livre) na pecuária transcorria mais próximo do intervalo dos 10 a 12 anos do que dos 14 ou 15 anos, referenciais que considerável parte da literatura especializada adota. Isto aponta para a necessidade de repensar essa padronização, passando a considerar um cenário mais complexo e diversificado para o mundo do trabalho da primeira metade do Oitocentos no Brasil monárquico, levando em conta as especificidades regionais e, principalmente, das atividades produtivas onde os cativos eram empregados.

Para concluir este artigo, cabe uma última reflexão. Ao anaisar o contexto do Rio de Janeiro entre 1789 e 1850, Florentino (2008) argumentou que as incertezas sobre a proibição do comércio negreiro, que percorreu toda a primeira metade do século XIX, geraram um ambiente de temeridade nos fazendeiros fluminenses, os quais passaram a incrementar suas escravarias com maior número de escravos africanos crianças, buscando assegurar a mão de obra cativa ainda por um longo tempo.

Entendemos, contudo, que esse comportamento, embora possa ter se manifestado nos senhores rio-grandenses, não se configurou como um fator que possa ser considerado o único a explicar o ingresso da significativa quantidade de crianças africanas no Rio Grande do Sul. Perceba-se que não estamos afirmando que a manutenção do trabalho servil pelo prazo mais longo possível não estivesse no horizonte de intenções de tais escravistas. Certamente eles se preocupavam com isto e elaboravam estratégias para prolongar ao máximo a vigência do sistema escravista, sendo que, dentre estas estratégias estaria a aquisição de crianças africanas.

Sem embargo, entendemos que a chegada de um grande número de crianças africanas no Rio Grande do Sul atendia a um conjunto de estímulos mais complexos do que apenas uma resposta compulsória aos temores do encerramento do comércio negreiro. Nesses confins meridionais, a introdução de muitas crianças africanas se configurou como

uma tendência de longo prazo, vigente desde fins do século XVIII, período em que não estava em jogo o fim do comércio transatlântico. Desta forma, isto não pode ser justificado isoladamente por uma estratégia senhorial de manutenção da mão de obra cativa por longo prazo, a qual seria estimulada pelos temores do fim do comércio transatlântico de escravos, embora, como já argumentado, esse fator não possa ser desconsiderado. Portanto, cremos que a este fator combinaram-se outros, como, por exemplo, as limitações da oferta, as especificidades da matriz produtiva agropecuária (que exigia escravos que aprendessem a montar, laçar e domar ou então que já soubessem), fato que pode, até mesmo, ter feito com que os produtores sul-rio-grandenses tenham tido certa predileção por drenar do tráfico transatlântico de escravos os *malunguinhos*.

## REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil* (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). 2012. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

ARAÚJO, Thiago L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário* (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BACELLAR, Carlos A. P. As sazonalidades do tráfico de africanos para as grandes propriedades escravistas da vila de Itu, 1790-1850. In: 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2019.

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo* (1780-1860). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790–c. 1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826–1831. In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2009.

BERUTE, Gabriel S. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790–c. 1830. In: V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BERUTE, Gabriel S. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790–c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. XAVIER, Regina C. L. (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 207-228.

FARINATTI, Luís A. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil* (1825–1865). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.



FARINATTI, Luís A. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete 1816-1845) In: SCOTT, Ana S. (org.) *História da família no Brasil Meridional: Temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 215-238.

FARINATTI, Luís A.; RIBEIRO, Max R. P. Fronteiras e processos de territorialidade: os guaranis entre a colonização e o estado nacional (séc. XVIII-XIX). In: VARGAS, Jonas M. (org.). *Belicosas fronteiras: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)*. [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora FI, 2017.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo e lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (org.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos / Editora Unisinos, 2008. p. 214-234, 2008. v. 1.

FLORENTINO, Manolo. As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834). *Áfro-Ásia*, Salvador, n. 61, p. 7-36, 2020.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; e VILLA, Carlos E. V. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, São Paulo, v.35, p. 1-20, 2016.

FONTELLA, Leandro G. *As Missões Guaraníticas num contexto de cultura de contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730-c.1830)*. São Leopoldo/Porto Alegre: Oikos/ANPUH-RS, 2020.

FONTELLA, Leandro G. *Sobre às ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no espaço oriental missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828–c.1860)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

FONTELLA, Leandro G.; MATHEUS, Marcelo S. A expansão da fronteira escrava ao sul do Brasil (Santa Maria da Boca do Monte, 1814-1822). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 15, n. 1, p. 27-56, 2022.

FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação (Mestrado em História). 1982. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

GUTERRES, Letícia B. S. *Escravidão, famílias e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. 2013. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 161-188, 1988.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, Roberto B. *Palestra proferida no V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE*. Caxambu: ABPHE, 7-10 setembro, 2003.

MATHEUS, Marcelo S. *A produção da diferença. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c. 1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2012.

MOREIRA, Paulo R. S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOTTA, José F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Anablume, 1999.

MOTTA, José F. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *Histórias: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PETIZ, Silmei de S. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 2000. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIBEIRO, Max R. P. *A terra natural desta nação Guarani: identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801)*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 117-149, jan./abr., 1983.

SLENES, Robert W. Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

SOARES, Mariza. C. Descobrimo a Guiné no Brasil colonial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 407, p. 71-94, abr./jun. 2000.

VARGAS, Jonas M. *Os Barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, séc. XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VERSIANI, Flávio R; VERGOLINO, José R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

ZAIONS, Miron. *Mapas temáticos do Rio Grande do Sul: divisão municipal – 1841*, 1979. Disponível em:

[https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/imagens/mapas/cap\\_4/cap\\_4.1/629-373.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/629-373.htm). Acesso em: 4 jan. 2023.

## NOTAS DE AUTOR

---

### AUTORIA

**Leandro Goya Fontella:** Doutor. Professor, Instituto Federal Farroupilha, Área de História, São Borja, RS, Brasil. e-mail: leandro.goya@iffar.edu.br

**Luís Augusto Farinatti:** Doutor. Professor Associado, Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de História, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: luis.farinatti@ufsm.br

**Marcelo Santos Matheus:** Doutor. Professor, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Área de História, Canoas, RS, Brasil. E-mail:marcelo.matheus@canoas.ifrs.edu.br.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355, Bairro Betim, São Borja, RS, Brasil, CEP 97670-000.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rua Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária, Camobi, Santa Maria, RS, Brasil, 97105-900, Brasil.



Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Rua Doutora Maria Zélia Carneiro de Figueiredo, 870, Bairro Igara, Canoas, RS, Brasil, CEP 92412-240.

### **ORIGEM DO ARTIGO**

Este artigo deriva de pesquisa interinstitucional em História Social com foco na análise dos registros paroquiais da fronteira meridional do Brasil monárquico.

### **AGRADECIMENTOS**

Não se aplica.

### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Concepção e elaboração do manuscrito: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Coleta de dados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Análise de dados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Discussão dos resultados: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

Revisão e aprovação: L. G. Fontella, L. A. Farinatti, M. S. Matheus.

### **FINANCIAMENTO**

Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Fomento Interno do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).

Fomento Interno do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

### **CONFLITO DE INTERESSES**

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

### **DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS**

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

### **PREPRINT**

O artigo não é um preprint.

### **LICENÇA DE USO**

© Leandro Goya Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Santos Matheus. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### **EDITORES**

Jo Klanovicz.

Beatriz G. Mamigonian.



## HISTÓRICO

Recebido em: 10 de fevereiro de 2023

Aprovado em: 28 de agosto de 2023

Como citar: FONTELLA, Leandro G.; FARINATTI, Luís A.; MATHEUS, Marcelo S. Malunginhos: tráfico de africanos e pecuária escravista na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (c. 1820-1840). *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 237-257, 2023.

